

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Paula Figueira Zaionz

**ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE EM WEBSITES DE
ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS**

Santa Maria, RS
2022

Paula Figueira Zaionz

**ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE EM WEBSITES DE ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título **Bacharela em Arquivologia**.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior

Santa Maria, RS
2022

Paula Figueira Zaionz

**ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE EM WEBSITES DE ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título **Bacharela em Arquivologia**.

Aprovado em 03 de agosto de 2022

**Francisco Alcides Cougo Junior
(Presidente/Orientador)**

André Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)

Sérgio Renato Lampert, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a algumas das pessoas que foram essenciais na minha vida. Minha mãe, Joseane, por tudo o que sempre fez e faz por mim e meu irmão, por todo apoio, ajuda, preocupações, por nunca ter me deixado só e por sempre ter acreditado em mim. Se hoje estou aqui, certamente é por sua causa e nada do que eu escreva, chega perto da imensa gratidão que eu tenho por você. Espero um dia poder lhe recompensar por todos os esforços que fez por mim.

Aos meus avós maternos, Assis e Vani, obrigada por tudo. Agradeço as inúmeras coisas que sempre fizeram por mim. Por nunca terem deixado me faltar nada, por cuidarem de mim como filha, por toda ajuda que me deram durante esses anos. Sinto-me grata por ter vocês em minha vida e por terem acreditado no meu sonho. Espero que se sintam orgulhosos de mim, pois essa é a melhor recompensa que eu poderia dar a vocês.

Ao meu irmão, Davi, que mesmo que não saiba, sempre foi um dos motivos de eu nunca desistir, porque tudo o que faço é pensando em você e na nossa mãe. Espero que siga meu exemplo de nunca desistir e sempre correr atrás dos seus sonhos.

Agradeço também às minhas tias e primos, em especial, à tia Ana, que sempre acreditou em mim, ajudou-me durante minha formação como pessoa, durante minha jornada acadêmica e por sempre me incentivar a estudar.

Agradeço às minhas colegas Bianca, Mariestela e Nicolly, por todo o companheirismo, trabalhos e conversas durante esses anos. Espero que nossa amizade continue após o fim desse ciclo. Que vocês tenham muito sucesso em nossa profissão. Estarei sempre torcendo por todas!

Agradeço também ao João Pedro, pelo apoio de sempre, por estar ao meu lado me acalmando durante esses meses, por acreditar no meu potencial, pelos fins de semana que passou ao meu lado estudando. Obrigada por tudo.

Enfim, ao meu orientador, Francisco, pela orientação e por ter acreditado na minha capacidade, por todo apoio. Você é um exemplo de professor e pessoa para mim, a quem eu quero seguir os passos.

RESUMO

ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE EM WEBSITES DE ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS

AUTORA: Paula Figueira Zaionz
ORIENTADOR: Francisco Alcides Cougo Júnior

O presente trabalho consiste em analisar o nível de acessibilidade dos websites dos arquivos públicos estaduais brasileiros, utilizando o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), trazendo dados das recomendações feitas pela plataforma em cada um dos websites estudados. A metodologia empregada para a realização da pesquisa foi através do método qualitativo, onde foram utilizadas bases de dados consolidadas para buscas de artigos, teses, dissertações, textos, sobre acessibilidade, pessoas com deficiência, acessibilidade em websites, além disso foi necessário aprender sobre o funcionamento do ASES. Fizeram parte da pesquisa somente os websites de arquivos que possuem seus próprios sites. Nos resultados foram elencados os dados das principais recomendações das avaliações feitas no ASES e breve discussão em torno destas. Nas considerações finais tem-se os principais pontos debatidos durante a realização do trabalho e sua importância, onde conclui-se que há muito trabalho pela frente até que os websites tornem-se totalmente acessíveis.

Palavras-chave: Arquivologia. Acessibilidade. ASES. Website.

ABSTRACT

ACCESSIBILITY ANALYSIS IN BRAZILIAN PUBLIC ARCHIVES WEBSITES

AUTHOR: Paula Figueira Zaionz
ADVISOR: Francisco Alcides Cougo Júnior

The present work is to analyze the level of accessibility of the websites of the Brazilian state public archives, using the Evaluator and Site Accessibility Simulator (ASES) recommendations made by the platform in each of the websites studied. The methodology used to carry out the research was through the qualitative method, where consolidated databases were used to search for articles, theses, dissertations, texts, on accessibility, people with disabilities, accessibility on websites, it was also necessary to learn about the functioning of ASES. Only file websites that have their own websites were part of the research. In the results were listed the data of the main recommendations of the evaluations made in ASES and brief discussion around them. In the final considerations have been the main points debated during the accomplishment of the work and its importance, where it is concluded that there is a lot of work ahead until the websites become fully accessible.

Keywords: Archival Science. Accessibility. ASES. Website.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tela do ASES.....	31
Figura 2 – A figura mostra o resultado de uma avaliação feita no ASES.	35
Figura 3– A figura mostra o resumo de Acessibilidade por seção eMAG.	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte TCC A.....	25
Quadro 2 – Porcentagens gerais do nível de acessibilidade de cada site dos arquivos públicos estaduais.....	36
Quadro 3 – Resultados indicados pelo ASES para as instituições analisadas	38

LISTA DE SIGLAS

AAMAEA	Arquivo Público do Estado do Amazonas
ACDAP	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre
APA	Arquivo Público Estadual de Alagoas
APEAP	Arquivo Público Estadual do Amapá
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE)
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
APEPB	Arquivo Público do Estado da Paraíba
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APM	Arquivo Público Mineiro
ARNAPERN	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte
ARPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
ASES	Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DIBRARQ	Diretório Brasil de Arquivos
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
MTAPM	Superintendência de Arquivo Público (Mato Grosso)
PCD	Pessoa com Deficiência
PPIAPPI	Arquivo Público do Estado do Piauí
RAPPR	Arquivo Público do Estado do Paraná
RONAO	Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia
RRDAE	Arquivo Estadual de Roraima
SPAPESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	11
1.1.1 Objetivo geral	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
1.2 Justificativa	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
3 METODOLOGIA	25
4 RESULTADOS	29
4.1 Os arquivos públicos estaduais e seus websites	33
4.2 Recomendações de acessibilidade	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal a acessibilidade em websites de arquivos públicos estaduais. Em linhas gerais, procura analisar o nível de acessibilidade nos sites destas instituições de acordo com o Avaliador e Simulador de Acessibilidade Sítios (ASES), procurando responder a questão norteadora do trabalho: os sites dos arquivos públicos estaduais são acessíveis para as pessoas com deficiência? Além disso, traz uma contribuição a respeito das recomendações feita pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) para que seja seguido pelas instituições que possuem seus próprios sites e as que desejam criá-los.

Com o propósito de trazer ao leitor o entendimento sobre as definições terminológicas, a fim de que se compreenda a importância social do estudo, serão abordados os conceitos-chaves do tema principal –acesso, acessibilidade e seus tipos, websites de arquivos, inclusão social e tipos de deficiência. Sendo assim, a relação com a Arquivologia está no território de análise, que são os websites das instituições arquivísticas, pois estas são fontes riquíssimas de informações que precisam estar acessíveis aos diferentes tipos de usuários. Enfatiza-se que, ao longo do trabalho, foram adotadas as terminologias sites e websites, que são palavras sinônimas, para abordar sobre a acessibilidade nestes ambientes.

O acesso à informação é indispensável para que o cidadão possa exercer seu direito de cidadania. Neste sentido, ter conhecimento sobre seus direitos e deveres, é essencial na tomada de decisões, além de ser um direito de toda e qualquer pessoa, sem distinção de raça, cor, sexo, idade. Segundo Hott & Riascos (2018) o direito de acesso à informação e a transparência pública são considerados princípios indispensáveis para o fortalecimento da democracia. Além disso o direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante que o acesso à informação é um direito fundamental do cidadão, pois é através dele que este acaba tendo uma formação cidadã.

Pensando nesta situação, o cenário de pesquisa procura contribuir para mostrar as principais recomendações a serem seguidas para que os sites arquivísticos tornem-se ambientes capazes de dar acesso e disponibilizar suas informações a pessoas com deficiência. Por se tratar de um tema que envolve a sociedade e suas instituições, o trabalho situa-se no eixo temático relativo aos arquivos e sua função

social. Ademais, considera-se que o tema da pesquisa é bastante relevante para a área, visto a escassez de bibliografia a respeito da acessibilidade em arquivos. Acredita-se que o trabalho também irá contribuir para a reflexão sobre a função social do arquivista.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos: o primeiro conta com a introdução, onde o estudo é contextualizado; o segundo trata da revisão bibliográfica, onde os conceitos principais são revisados conforme seus principais autores. O terceiro discorre sobre a metodologia empregada e apresenta os métodos utilizados para a realização do trabalho. O quarto capítulo consiste nos resultados e na discussão, onde os dados obtidos são expostos e discutidos de acordo com a proposta inicial do trabalho. O último capítulo é composto pelas considerações finais, onde é apresentado um pequeno resumo do que foi apresentado e as principais considerações feitas a respeito da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é analisar o nível de acessibilidade dos websites dos arquivos públicos estaduais brasileiros, a fim de elencar as principais recomendações feitas pelo ASES

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa visam:

- Compreender os direitos das pessoas com deficiência;
- Identificar as recomendações feitas pelo ASES em relação a acessibilidade em websites;
- Apontar as implicações causadas pelo não seguimento das recomendações de acessibilidade indicadas pelo ASES;

1.2 Justificativa

O acesso à informação é, sem dúvida, um dos grandes pilares para a democracia. Em uma sociedade em que a informação e seu acesso estão disponíveis, os indivíduos são estimulados a participarem mais ativamente na tomada de decisões,

ampliando a cidadania, o que acaba sendo fundamental na transparência administrativa de governos.

Os arquivos são instituições custodiadoras de informações onde são encontrados documentos em diversos suportes, organizados conforme as técnicas arquivísticas e disponibilizados para acesso ao público. A partir deste entendimento, esse trabalho justifica-se pela necessidade de pensar nas pessoas com deficiência como usuárias de arquivo e sua inclusão social por meio da acessibilidade, seja em espaços físicos ou em ambiente digital.

De acordo com o último Censo do IBGE, em 2010 o Brasil possuía cerca de 45.606.048 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população declarada. Desse dado extrai-se a necessidade de pensar questões voltadas à acessibilidade para essas pessoas em instituições arquivísticas e em seus websites, já que, com os avanços da internet, o usuário encontra facilidade em realizar suas consultas através deste meio. Conforme afirmam Archer e Ciancone

cabe às instituições arquivísticas, frente a essas transformações, buscar o aperfeiçoamento de suas funções, levando em conta que o acesso à informação e o relacionamento com os usuários são as mais atingidas pelos novos recursos de comunicação e colaboração (ARCHER e CIANCONE 2010, p. 61).

No âmbito das contribuições teóricas, acredita-se estar ampliando a discussão da temática que envolve a acessibilidade em websites de arquivos, um tema que possui escassa literatura no campo de estudos da Arquivologia e que necessita de mais atenção por parte dos arquivistas, visto que trata-se de tópico relevante e necessário nos tempos atuais.

Nas pesquisas bibliográficas realizadas para a construção do trabalho, observou-se uma carência de temas que envolvem arquivos e acessibilidade. Partindo disso, este trabalho visa contribuir academicamente para o pensar nas pessoas com deficiência como usuários de websites de arquivos, fazendo com que a acessibilidade seja discutida com mais profundidade na área da Arquivologia.

Outro motivo que justifica a escolha do tema parte da vontade pessoal da autora de estudar sobre temas sociais como inclusão social, pois sabe-se que não se pode falar em inclusão sem falar em acessibilidade, um alicerce para que a inclusão ocorra. Diante desta afirmação, esta pesquisa justifica-se, também, pela necessidade de impactar sobre a importância de incluir as pessoas com deficiência em diferentes ambientes para que elas se sintam cada vez mais integradas à sociedade. Da mesma

forma, procura contribuir na área da Arquivologia para que futuros trabalhos deem atenção às pessoas com deficiência.

A pesquisa está estruturada com o capítulo de Introdução, onde o estudo é contextualizado, junto aos objetivos e à justificativa; Revisão Bibliográfica, destacando os principais trabalhos utilizados para a fundamentação da pesquisa Metodologia, onde são discutidas as etapas da realização do trabalho; Resultados e discussão, na qual tratamos dos resultados obtidos através dos teste realizados no ASES e, por fim; Considerações finais, onde fazemos um breve resumo do que foi estudado e refletimos sobre as conclusões acerca do trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As instituições culturais são instituições que possuem um grande número de obras, documentos e livros, que contam parte da história da humanidade. Os museus, arquivos, bibliotecas detêm uma grande parte do patrimônio cultural da sociedade, que devem estar disponíveis a todos os públicos, incluindo as pessoas com deficiência. Cabe a essas instituições estarem em harmonia com a sociedade contemporânea, onde deve-se reconhecer as diferenças e diversidades dos públicos para tornar estes ambientes acessíveis e inclusivos.

Para abordar sobre a acessibilidade em instituições culturais, deve-se pensar na acessibilidade para que e para quem. Pois podemos ter a acessibilidade para pessoas idosas, gestantes, pessoas com deficiência, entre outros. Diante disso, três conceitos teóricos são essenciais para distinguir o público alvo do estudo, que são: pessoas com deficiência; acessibilidade e instituições arquivísticas.

Estudar sobre acessibilidade requer, em primeiro lugar, distingui-la do termo “acessível”, visto que ambos os termos podem trazer a ideia de mesmo significado. Segundo a Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 9050), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Já o termo acessível, conforme Sarraf (2013) é o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica que o acesso deve considerar as esferas: física, intelectual, cognitiva e atitudinal.

Através da distinção dos conceitos de acessibilidade e acessível, há uma clareza em estabelecer o propósito do trabalho, utilizando a acessibilidade como forma de tornar/possibilitar o acesso à informação encontrada nos websites das instituições arquivísticas.

Outro conceito chave e fundamental a ser destacado, trata das pessoas com deficiência, estas que até hoje ainda sofrem preconceitos e muitas vezes são excluídas na sociedade. Partindo dessa exclusão sofridas pelas PCD e pensando na inclusão social, tema que tem sido bastante debatido recentemente, acaba sendo imprescindível não pensar na acessibilidade para essas pessoas nas instituições

culturais, onde os arquivos estão situados. Sendo assim, o conceito de pessoas com deficiência responde a pergunta feita anteriormente, da acessibilidade para que e para quem. Ou seja, elas contribuirão para o pensar nelas como usuárias de arquivo.

Já as instituições arquivísticas, e aqui deve-se ressaltar que os arquivos serão tratados como instituições culturais, são o foco da pesquisa, onde sua importância está em relacionar a área da Arquivologia com um tema social, que é a inclusão social das pessoas com deficiência por meio da acessibilidade nos sites dessas instituições.

Segundo o Art 7º da Lei nº 8.159, os arquivos públicos são “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. Para este estudo foram considerados somente os arquivos públicos estaduais.

A partir da definição dos três conceitos-chave iniciou-se a busca por autores que tivessem relação com a temática estudada. Isto é, as bibliografias foram selecionadas através da contemplação do tema acessibilidade, pessoas com deficiência e instituições arquivísticas.

Inicialmente as bibliografias escolhidas partiram de uma rápida leitura pelo resumo, em seguida foram retirados subsídios para a pesquisa, como dados sobre pessoas com deficiência no Brasil, o conceito de deficiência e seus tipos, os tipos de acessibilidade existentes, as terminologias adequadas referentes à pessoa com deficiência. Essas fontes auxiliaram na compreensão de tais temáticas, além de trazer boas reflexões a respeito do tema pessoas com deficiência. Algumas referências bibliográficas, que serão indicadas nas próximas páginas, foram selecionadas por terem como temática a Legislação Federal na parte que diz respeito à proteção dos direitos e liberdades da pessoa com deficiência.

Outro aspecto relevante é que parte da literatura estudada discorre sobre o direito ao turismo, lazer, cultura e esporte, os quais devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, o que possibilita fazer reflexões a respeito do acesso aos arquivos. Assim a literatura que abordam sobre patrimônio e políticas culturais, que tratam sobre a acessibilidade cultural, questões voltadas a deficiência, as políticas culturais inclusivas, que falam sobre a regulamentação e emancipação dos direitos culturais das pessoas com deficiências na área da cultura, as quais servem como base para abordar sobre a acessibilidade em instituições arquivísticas

O conceito de acessibilidade cultural se fez presente em algumas obras, e serviu para a compreensão e reflexão sobre o mesmo nas instituições arquivísticas, assim como o conhecimento acerca de conceitos-chave na área da cultura, da cidadania e da diversidade cultural, que serviu para o entendimento a respeito dessa área. Na perspectiva teórica, os arquivos e a cultura são debatidos através da faceta cultural, onde procura-se estabelecer a ligação entre ambos.

A inclusão social, a qual a acessibilidade é um alicerce, esteve presente em trabalhos consultados e escolhidos para estruturarem o capítulo de revisão bibliográfica. Isto porque por fazer parte do tema acessibilidade, ela se faz presente em literaturas que debatem o papel social de instituições culturais, sendo destaque as políticas públicas de inclusão social e a inclusão social como preocupação de políticas públicas culturais.

Algumas obras consultadas, que abordam o conceito de acessibilidade, foram da área da Arquitetura e Urbanismo, pois tem como foco principal a Norma Brasileira ABNT NBR 9050, que trata sobre a acessibilidade no espaço construído, são expostas as definições de acessibilidade, deficiência e restrição. Um ponto interessante também, é que alguns autores antes de abordarem sobre a acessibilidade, expõe seu antagônico, que são as barreiras, para que assim haja uma melhor compreensão sobre acessibilidade. Alguns autores focam sobre o conhecimento teórico sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, apresentando alguns conceitos e parâmetros técnicos referentes ao tema estudado, como também apresentam o contexto histórico, evolução política e legal e a aplicação em contextos reais e a acessibilidade espacial, inclusão social das pessoas com deficiência, além de fazer uma revisão conceitual crítica sobre a abordagem atual da deficiência.

Dentro dos estudos na arquivologia, as bibliografias selecionadas, no que diz respeito a acessibilidade, pontuam que os estudos sobre este tema devem voltar-se a questão para quem se destina a informação à para que se destina, pois é por meio desta discussão que serão traçados parâmetros de acessibilidade (COSTA, RAMALHO E SILVA, 2010). Outros são estudos de caso, mas que abordam o tema acessibilidade, como quando tratam sobre o arquivo como um ambiente de inclusão, a importância social dos arquivos, a contextualização da acessibilidade e seus tipos, a importância do direito à informação (CORTES, 2011).

Ainda, algumas monografias da área levantam dados que ajudam na compreensão sobre a acessibilidade em arquivos (NUNES, 2012), além de conhecer

como ocorre o processo de acesso à informação (HOTT E RODRIGUES, 2019). Contextualizam o acesso à informação sob óptica brasileira, destacando conceitos e trazendo as leis que garantem este acesso e também abordam sobre inclusão social, que está ligado à acessibilidade. Em relação a acessibilidade em si, os trabalhos fundamentam-se sobre as políticas públicas de acessibilidade no âmbito federal, estadual e municipal, decretos e leis que asseguram o direito de acessibilidade (CUNHA, 2011), além disso trazem estudos de acessibilidade em unidades de informação, onde são expostas problemáticas encontradas nessas unidades em relação à acessibilidade (COMASSETO, 2012).

Já outros estudos trazem reflexões sobre o acesso à informação, acessibilidade e pessoas com deficiência, além de destacar os aspectos legislativos, da acessibilidade como forma de possibilitar o acesso à informação a pessoas com deficiência, as leis que garantem o acesso à informação e suas referências ao acesso e acessibilidade, as diferenças entre o termo acesso e acessibilidade, que foram analisados conforme quatro dicionários da área da Arquivologia, sendo eles o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (1990), Dicionário de terminologia arquivística (CAMRGO, BELLOTTO, 1996), Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA, 2008).

Durante longos anos na história, as pessoas com deficiência foram tratadas como pessoas anormais, incapazes, inválidas, sendo que algumas pessoas acreditavam que as deficiências eram de castigos de Deus. Por muitos anos as pessoas com deficiência foram privadas de direitos básicos e de suas liberdades. Somente em meados do século XX, questões referentes às pessoas com deficiência passaram a compor agendas no âmbito internacional e, com isso, a forma em que eram inseridas na sociedade começou a mudar (MADUREIRA, 2018).

Ainda hoje muitas pessoas com deficiência sofrem preconceitos, discriminação falta de oportunidades e até mesmo violência, causando a exclusão das mesmas na sociedade. De acordo com Madureira (2018):

[...] as pessoas com deficiência, além de muitas vezes não disporem de um aparato legislativo abrangente e específico, sofrem por não terem acesso pleno ao sistema educacional, ao mercado de trabalho, à cultura, à justiça etc. Desse modo, são excluídas do processo de desenvolvimento da sociedade da qual fazem parte, o que coloca em jogo a própria noção de cidadania, isto é, do sentimento de pertencimento a uma determinada

sociedade, bem como do acesso aos direitos civis, políticos e sociais. (MADUREIRA, 2018, p. 26).

Já Borges (2018) ressalta que, no decurso do tempo, pessoas com deficiência foram denominadas como inválidas, excepcionais, portadores de deficiência, deficientes, dentre outras formas, as quais implicavam sempre uma diferença das demais pessoas, sobretudo, enfatizando a questão da incapacidade como elemento central do debate. Sendo assim, pode-se dizer que há uma semelhança entre as falas dos autores no que diz respeito da forma como as pessoas com deficiência eram compreendidas no passado e o porquê até nos dias atuais ainda sofrem preconceitos.

As discussões sobre as terminologias adequadas para tratar as pessoas com deficiência passaram por várias etapas. A Constituição de 1988 empregava o termo “pessoa portadora de deficiência”. Já na década de 90, começou a ser usado a nomenclatura “pessoa com necessidades especiais”. No ano de 2008, quando o Decreto nº 186 de 9 de julho e o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 passaram a viabilizar a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a expressão “pessoas com deficiência” passou a ser utilizada e considerada a mais correta. Salasar (2020) destaca que optou-se pela troca de nomenclatura que passa de portador de deficiência para pessoa com deficiência, justamente por entender-se que a deficiência é uma característica da PESSOA e não um objeto que possa ser portado. Ressalta-se ainda que o termo “portar” dá a ideia de algo que pode ser deixado de lado a qualquer momento e as deficiências são algo permanente.

Madureira (2018), assim como Salasar, aponta para a importância da utilização da nomenclatura correta, afirmando que a utilização de uma nomenclatura correta para tratar das pessoas com deficiência é essencial para um tratamento com dignidade e respeito às mesmas, reconhecendo que, antes de qualquer coisa, são pessoas, e não são diminuídas por causa de uma característica que possuem. Essa utilização traz profundas mudanças na forma como as pessoas com deficiência são vistas. Segundo Madureira,

Ao longo dos anos, a forma pela qual se referir à pessoa com deficiência sofreu alterações significativas. Isto ocorre, provavelmente, devido aos avanços no conhecimento de tais pessoas, das deficiências em si, e do que é necessário para a total participação dessas mesmas pessoas em condições de igualdade e dignidade com as demais. (MADUREIRA, 2018, p. 39).

Para abordar sobre pessoas com deficiência, cabe a compreensão de quem são essas pessoas e o que é considerado deficiência. Segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

“Pessoa com Deficiência” compreende aquelas pessoas que possuem deficiências físicas, intelectuais, mentais ou sensoriais de longo-prazo, as quais, “em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 26)

Já as deficiências, conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde-CIF (ICF-International Classification of Functioning Disability and Health *apud* MADUREIRA)

Deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo como um desvio importante ou uma perda”, incluindo as funções psicológicas. Elas podem ser permanentes ou temporárias, leves, moderadas, graves ou completas, progressivas, regressivas ou estáveis, contínuas ou intermitentes; “são mais amplas e mais abrangentes no seu escopo do que distúrbios ou doenças”. (MADUREIRA, 2018, p. 26)

Borges (2018) em sua tese intitulada “Política da pessoa com deficiência no Brasil: percorrendo o labirinto”, questiona o que é deficiência, trazendo como resposta que há dois modelos em evidência,

Um está centrado na visão de um corpo considerado deficiente, e, portanto, necessitado de ajuda, de cuidado e de caridade, denominado modelo biomédico; outro aponta para as barreiras da sociedade, que impedem o sujeito que possui este corpo com impedimentos de viver em igualdade de condições com as demais pessoas no acesso aos bens e serviços, o modelo social. (BORGES, 2018, p. 35)

Salasar (2020) (*apud* MARTINS, 2017, p.28) aponta que o Modelo Social da Deficiência, em oposição ao Modelo Médico, “assenta no reconhecimento de que a incapacidade não é inerente à pessoa, sendo resultado de um conjunto complexo de condições criadas pelo ambiente social face à uma situação de deficiência”. Ou seja, o modelo social tem enfoque nas barreiras impostas na sociedade, impedindo que as pessoas com deficiência tenham participação ativa na sociedade. Assim, com esse modelo pode-se pensar na inclusão das pessoas com deficiência, por meio da acessibilidade em ambientes sociais.

Já o modelo biomédico, as deficiências são divididas em quatro tipos: física, sensorial, intelectual e mental. De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (que regulamenta o acesso prioritário e estabelece normas para a promoção

da acessibilidade, conforme as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000) em seu capítulo II, § 1º, tem-se a seguinte definição para os tipos de deficiência:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. (BRASIL, 2004)

Cortes (2011) ressalta uma observação feita sobre as divergências encontradas na literatura a respeito da classificação dos tipos de deficiência. Segundo a autora, algumas classificam em deficiência sensorial a deficiência visual e a deficiência auditiva, enquanto outras as consideram cada uma com um tipo de deficiência. Para este trabalho, os tipos de deficiência serão tratados conforme o Decreto citado acima.

As pessoas com deficiência sofrem pelas faltas de oportunidades na sociedade. As barreiras encontradas por essas pessoas durante anos, impossibilitaram que as mesmas pudessem usufruir de igualdades. Borges (2018) ressalta que a exclusão da pessoa com deficiência ao longo da história, sobretudo no Brasil, relaciona-se diretamente com as barreiras que essas pessoas enfrentam na sociedade para que possam viver em igualdade de oportunidades com as demais.

Pode-se dizer que a exclusão social está diretamente ligada às barreiras, visto que por meio delas as pessoas com deficiência são impedidas de frequentar alguns lugares, como escolas, bibliotecas, museus, arquivos, entre outros. Essas barreiras estão divididas segundo a Lei 13.146, artigo 3º em:

- IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015, Art. 3).

São essas algumas barreiras que impedem a plena participação das PCD na sociedade. E é neste cenário de barreiras que entra um importante conceito, a acessibilidade.

A acessibilidade é entendida como a remoção de barreiras para tornar os locais acessíveis a todos, possibilitando a integração das pessoas com deficiência e garantindo oportunidades iguais. Segundo Borges (2018) a condição básica das pessoas com deficiência para participarem em igualdade de oportunidades com as demais, com supressão de barreiras, poderá se dar através da acessibilidade. Sendo assim, com garantias de acessibilidade, as PCD podem viver e usufruir de mobiliários, espaços públicos, meios de transporte, meios de informação, de forma digna.

Moraes (2007) considera acessibilidade como um conjunto de qualidades que deve dispor o ambiente construído de modo a ser confortável e seguro, proporcionando autonomia a todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades em executar as tarefas do cotidiano. O Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004, conceitua a acessibilidade como a condição para a utilização, com segurança, autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Na literatura atual, a acessibilidade é dividida em seis tipos e está diretamente ligada as barreiras, conforme Sasaki (2005), seus tipos são:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos e nos transportes coletivos.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas,

uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2005, p. 23)

A acessibilidade comunicacional, que será a mais relevante para este estudo, está relacionada ao acesso a informações pelas pessoas com deficiência e, conseqüentemente, com a acessibilidade cultural, que é a possibilidade das PCD terem acesso e usufruir de ambientes culturais, como arquivos, museus e bibliotecas, possibilitando a diminuição da desigualdade social.

Silva e de la Rue (2015) afirmam que a acessibilidade no espaço digital consiste em tornar disponível ao usuário, de forma autônoma e independente de suas características, toda a informação que lhe for franqueável, sem prejuízos quanto ao conteúdo da informação. Dessa forma, quanto mais estiverem acessíveis os sites governamentais, de arquivos, museus, bibliotecas, há mais garantia das pessoas com deficiência desfrutarem destes ambientes digitais e usufruírem dos conteúdos disponíveis nos mesmos.

A acessibilidade web, conforme o World Wide Web Consortium (W3C) *apud* Cagnin, Carvalho e Paiva (2017), está relacionada ao fato de pessoas com diferentes graus de capacidade ou incapacidade poderem perceber, entender, navegar e interagir com a web. Ou seja, ela contribui para a inclusão social por meio da integração dessas pessoas, possibilitando o acesso igualitário entre todos.

No ano de 2008, o Brasil começou sua participação junto ao W3C por meio do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), a reconhecer a importância da adoção e promoção de padrões que tornem a web um ambiente acessível para todos (W3C BRASIL, 2013 *apud* Corado e Santos 2020).

Levando em consideração a promoção da acessibilidade de conteúdos disponibilizados na web, o Governo Federal propôs um Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, chamado de eMAG, o qual traz recomendações padronizadas para o desenvolvimento e adaptação dos sítios governamentais. O eMAG leva em consideração as necessidades brasileiras, obedecendo também os padrões internacionais, sendo considerado, inclusive, uma versão especializada do WCAG (Web Content Accessibility Guidelines)¹ e especificação técnica da WAI (Web Accessibility Initiative, que fornece recomendações de acessibilidade para conteúdo web (Brasil, 2014 *apud* CORADO e SANTOS 2020, p. 276).

O eMAG é uma excelente ferramenta de acessibilidade para as pessoas com deficiência, visto que é um facilitador para que sítios eletrônicos adequem-se para tornar-se acessíveis a essas pessoas.

Cabe ressaltar a importância das instituições arquivísticas, que possuem suas páginas na web, a pensar em formas de propiciar acesso de qualidade às pessoas com deficiência, dando enfoque a acessibilidade digital.

¹ (Web Content Accessibility Guidelines é um documento proposto pelo W3C, o qual fornece diretrizes e recomendações para implementação de acessibilidade em sites. Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/>

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, em que, segundo Richardson “os estudos [...] podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivido por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p. 80). Já Minayo enfatiza a diferença entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Segundo a autora:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, os passos seguidos foram: procurar fontes que trabalhassem os conceitos principais do tema escolhido; localizar os websites dos arquivos públicos estaduais e analisar a documentação referente ao ASES. Após, iniciou-se a escrita do trabalho final.

No primeiro momento, foi selecionada a bibliografia que contemplasse os temas acessibilidade, pessoas com deficiência, instituições arquivísticas e acessibilidade web. A escolha pela metodologia qualitativa partiu do princípio de que este tipo de pesquisa é mais adequado para o entendimento e a contextualização do problema da acessibilidade em websites de instituições arquivísticas.

A escolha pela bibliografia analisada para compor o trabalho iniciou-se ainda no ano de 2021, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso A, originando-se da atividade denominada estado da arte. Nesta atividade, foi necessário buscar trabalhos que contemplassem o tema de pesquisa escolhido nas bases de dados BTD Capes, BDTD IBICT, BRAPCI, Manancial (UFES), Lume (UFRGS), Archeion – Revista de Arquivologia da UFPB e Revista Informação & Informação da UEL (sendo que estas três últimas bases foram de livre escolha). De cada base era preciso escolher três trabalhos que contemplassem o tema de pesquisa, utilizando palavras-chave específicas, as palavras escolhidas para a busca nas bases foram: acessibilidade web, pessoa com deficiência, instituições arquivísticas.

Após a seleção foi realizado um fichamento da bibliografia. Ressalta-se que, durante a escrita do trabalho, algumas fontes retiradas da atividade “estado da arte”, deixaram de fazer parte da bibliografia por não abordarem diretamente o tema

escolhido para a pesquisa. Dessa forma, outras fontes foram escolhidas sendo retiradas da base Scielo, da Revista Nacional de Reabilitação (Reação), da SBSI - Anais do Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação e da Revista Humanidades & Inovações.

Ao todo, 21 trabalhos foram lidos e desses, 15 foram selecionados para compor as referências da pesquisa. Os trabalhos selecionados tratavam os assuntos com mais aprofundamento, garantindo uma base teórica mais sólida para a realização do TCC. O quadro a seguir apresenta a bibliografia utilizadas, algumas originadas do estado da arte da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso A, e outras fontes de livre escolha, apresentando as bases em que foram encontradas, autor e ano e título.

Quadro 1 – Estado da Arte TCC A

(continua)

Base	Autor (ano)	Título
BTD Capes	Borges (2018)	Política da pessoa com deficiência no brasil: percorrendo o labirinto.
	Madureira (2018)	A pessoa com deficiência na América do Sul: um estudo sobre as legislações brasileira, argentina e chilena.
	Salasar (2020)	Patrimônio para todos e as políticas culturais no Brasil: os museus federais sob os princípios do Desenho Universal.
BDTD Ibict	Moraes (2007)	Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 905.
	Sarraf (2013)	A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças
BRAPCI	Costa; Ramalho e Silva (2010)	Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade.
Manancial UFSM	Cortes (2011)	A acessibilidade nos arquivos públicos.
	Comasseto (2012)	Acessibilidade e acesso no APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

(conclusão)

Manancial UFSM	Cunha (2011)	Arquivos e cultura: análise da inserção teórica e prática na legislação.
Repositório Digital Lume-UFRGS	Nunes (2012)	Direito à informação: as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.
Repositório Archeion Online-Revista de Arquivologia da UFPB	Hott e Rodrigues (2019)	Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira.
Revista Nacional de Reabilitação (Reação)	Sasaki (2005)	Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação
Scielo	Silva e de la Rue (2015)	A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência
SBSI- Anais do Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação	Cagnin, Carvalho e Paiva (2017)	Avaliação de Acessibilidade de Web Sites de Governos Estaduais do Brasil
Revista Humanidades & Inovações	Corado e Santos (2020)	Acessibilidade Web em Portais Eletrônicos Governamentais: Panorama dos Padrões Universais e Legislações Brasileiras

Fonte: Autor (2022)

Depois do estudo bibliográfico, passamos à análise do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), uma plataforma do Governo Federal que é capaz de avaliar, simular e corrigir a acessibilidade em websites. Para utilizar a ferramenta foi necessário estudar sobre seu funcionamento, através da documentação disponibilizada no site e analisar as duas versões disponíveis – a *desktop* e a *web*. Posteriormente, considerou-se pertinente instalar a versão *desktop*, pois a mesma possui mais critérios de avaliação. Como veremos mais adiante, porém, tal versão estava desatualizada desde 2016, o que impossibilitou seu uso. Dessa forma, a versão *web* foi utilizada para a realização dos testes.

Depois da escolha da versão do ASES a ser utilizada, foi preciso pesquisar cada website das instituições arquivísticas públicas estaduais e fazer a seleção daqueles que possuem sites próprios. A respeito desta seleção, cabe frisar que websites de secretarias da cultura ou vinculadas a fundações que apenas mencionam os arquivos públicos estaduais não fizeram parte da pesquisa. Assim sendo, dos 26 estados do Brasil, apenas 18 entraram no estudo final, incluindo o Distrito Federal. O estado do Tocantins foi o único que não apresentou algum tipo de website, uma vez que não possui arquivo público estadual instituído.

Para a consecução da pesquisa, foi preciso entrar nos websites de cada instituição arquivística, copiar sua URL e fazer a devida validação na ferramenta ASES. Destaca-se que somente a página inicial de cada site passou pela análise de acessibilidade, visto que é nela que são encontradas as primeiras e mais importantes informações sobre a instituição, ou seja, é nelas que os usuários são “convencidos” a permanecer ou não em suas buscas. Além disso, considera-se que as páginas iniciais dos websites são as “vitrines” do que o usuário encontrará, ou seja, elas precisam ser acessíveis, caso contrário não será possível acessar as informações disponibilizadas nestas plataformas.

Devido ao período eleitoral que entrou em vigor em 2 de julho de 2022, alguns dos websites estudados retiraram seus conteúdos do ar, sendo assim, para que todos os sites possuíssem uma avaliação justa, foi necessário utilizar a Internet Archive, a qual é uma plataforma que permite recuperar conteúdos de sites que foram retirados do ar.

Para a compreensão do significado de cada porcentagem, foi apresentado um pequeno resumo do que cada cor representa, conforme a porcentagem indicada pelo ASES. Para a avaliação dos websites, foi produzida uma tabela com os percentuais indicados pelo ASES e, em seguida, apresentada outra tabela com os percentuais totais dos websites e suas recomendações de acordo com o resumo de acessibilidade por seção eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

Em seguida foi feita a análise detalhada do que cada recomendação apresenta e o que sua não apresentação nos websites implica na acessibilidade para as pessoas com deficiência. A totalidade destes resultados e as respectivas discussões sobre os mesmos estão presentes no próximo capítulo.

4 RESULTADOS

Na contemporaneidade, a internet é um dos grandes avanços da comunicação, sendo usada como uma ferramenta facilitadora de acesso às informações, seja em redes sociais, sites, e-mail, entre outros.

A informação arquivística, que se difere da informação “comum”, é aquela que é produzida no contexto de uma determinada entidade no exercício de suas atividades. Segundo Flores e Sfreddo (2012, p. 159)., a informação arquivística pode ser definida “de forma que o conteúdo presente nos documentos contextualize ações sistematizadas e organizadas em uma instituição, produzindo, com sua metodologia arquivística, subsídios para a organização documental”.

Com os avanços da web, muitas instituições arquivísticas começaram a disponibilizar o acesso às informações contidas em seus acervos através de sites, possibilitando maior disseminação de informações. As informações encontradas nos acervos podem ser de inúmeras naturezas, como cultural, política, histórica, e, assim que disponibilizadas para os usuários, propiciam a aproximação das pessoas com a cultura, bem como sua inserção na sociedade.

Ao serem disponibilizadas em páginas da web, as informações devem estar disponíveis a todo tipo de público. Deste modo, se fez necessário pensar na acessibilidade comunicacional ou acessibilidade web, a qual faz com que toda informação seja disponibilizada aos usuários de forma autônoma e independente de suas características, sem prejuízos quanto ao conteúdo da informação (SILVA e de la RUE, 2014). Assim se faz necessário pensar na acessibilidade web como forma de inclusão social das pessoas com deficiência, possibilitando as mesmas condições de acesso à informação no meio digital.

No Brasil, a cartilha *e-MAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico*, é uma ferramenta que define os critérios de acessibilidade, padronizados e coerentes conforme a necessidade de cada usuário, em sites do governo eletrônico para as pessoas com deficiência, possibilitando maior facilidade ao acesso de informações disponíveis em sites e portais do governo.

Em 2016 foi criado o software ASES-Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios, um instrumento que possibilita avaliar a acessibilidade de páginas, sítios e portais. Este software é resultado de uma parceria entre o Departamento de Governo Eletrônico e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do

Sul (IFRS), tendo como propósito auxiliar na construção de sítios que sejam acessíveis a quaisquer pessoas, independente do seu tipo de deficiência e dispositivo de navegação (ASES, 2016).

O software possui metas a serem alcançadas e procura ser o primeiro instrumento a possibilitar a avaliação da acessibilidade de páginas web seguindo as recomendações do eMAG: oportunizar que qualquer pessoa avalie e pontue a acessibilidade de páginas web facilmente e de forma ágil; ajudar no desenvolvimento do cenário de acessibilidade em páginas do governo e simplificar o acesso em sites do governo para as pessoas com deficiência.

A criação do documento na versão web ocorreu em 13 de maio de 2013, com a versão 1.0.0. Em maio do mesmo ano houve a revisão do documento e a versão foi atualizada para 1.0.1. Ainda no mesmo ano e mês, uma nova correção do documento foi realizada e a versão atualizada para 1.0.2. Já em novembro houve a revisão do documento e, novamente, uma nova versão, 1.0.3. Em março do ano seguinte ocorreu nova revisão do documento e, assim, uma nova versão (1.0.4). Após dois anos, em 2016, realizou-se outra revisão do documento e a versão criada foi a 1.0.5.

Ainda em 2013, houve o controle da versão *desktop* com a criação do documento sobre o ASES e a versão 1.0.0. No mesmo mês, aconteceu a revisão do documento e surgiu uma nova versão, 1.0.1. A terceira versão, 1.0.2, ocorreu em julho do mesmo ano, assim como a revisão do documento. Já no ano de 2016 realizou-se, novamente, a revisão do documento e surgiu a última versão, a 1.0.3.

As duas versões da plataforma possuem diferenças significativas, sendo a versão *desktop* a mais detalhada. Nessa versão, é possível fazer simulações de situações na qual será fundamental o uso de leitor de tela, assim como leitura feita por pessoas com deficiência visual, para que assim seja possível “a construção e validação de sítios com usabilidade e portabilidade, dentro dos padrões exigidos para acessibilidade” (ASES, 2016).

Além disso, esta modalidade do software possui recursos divididos em três módulos: Módulo Avaliadores, Módulo Simuladores e Módulo Ferramentas. No Módulo Avaliadores, é possível utilizar o avaliador CSS, que, conforme o *Document Type Definition* (DTD), valida o documento. Para validar o código fonte de uma página HTML/XHTML, utiliza-se o avaliador HTML/XHTML, empregando o componente de validação disponibilizado pela *World Wide Web Consortium* (W3C). Já o avaliador de acessibilidade conta com dois padrões, o *World Content Accessibility Guide* (WCAG)

e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Através destes dois padrões é possível validar se o sistema é acessível ou não.

No Módulo Simuladores há o leitor de tela que descreve o tempo preciso para chegar a uma parte específica do texto caso seja utilizado o leitor de tela. E há, também, o baixa visão, que permite conceber a imagem de um site que possa suprir certos tipos de doenças oculares.

Já o Módulo Ferramentas possui os conteúdos alternativos para Tags, que recomenda as *tags* alternativas para que a página possa responder aos requisitos de acessibilidade; o associador de rótulos que auxilia no processo de associação de rótulos a campos de usuário para que possam ser utilizados por leitores de tela; o editor de *doctype*, que exibe uma listagem com os *doctypes* disponibilizados pela W3C para que possa ser aplicado à página em análise e o corretor de eventos, que corrige eventos que dependem de dispositivos de entrada.

Além disso, o ASES possui os requisitos funcionais, não-funcionais e inversos. Os funcionais estão divididos em 13, entre eles: analisar imagens sem descrição; associar conteúdos alternativos para objeto; associar conteúdo alternativo para scripts; associar descrição para imagens; associar *Doctype*; associar rótulo; avaliar acessibilidade avaliar CSS; avaliar HTML; avaliar Contraste; corrigir eventos; simular leitor de tela; simular navegação para baixa visão. Os requisitos não-funcionais e inversos não são encontrados nesta versão.

A versão web extrai o código HTML (URL, arquivo, código fonte) dos sites e analisa seu conteúdo conforme as diretrizes de acessibilidade. Essa versão constitui-se de um sistema computacional avaliador de acessibilidade conforme o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Ela possui três tipos de requisitos: funcionais, não funcionais e inversos.

Nos requisitos funcionais, se avalia a acessibilidade conforme as diretrizes do (eMAG), através de uma URL, um arquivo via *upload* ou por meio do código fonte de sites que os usuários desejam avaliar a acessibilidade. Nos requisitos não funcionais o sistema deve ser web e nos requisitos inversos não há aplicação.

Essa versão ainda possui pré-requisitos e requisitos mínimos para que possa ser utilizado no ambiente online, dentre os quais estão o navegador (*browser*) web (pré-requisito). Já nos requisitos mínimos, estão os requisitos de *software*, que devem ser executados em navegadores aprovados pelo sistema – Internet Explorer (versão 7.0 ou posterior), Firefox (versões 11.0) e Google Chrome (versão 20.1410.63 ou

posterior). Entre os requisitos de *hardware*, o sistema precisa apenas do acesso à internet, ou seja, não depende das configurações do hardware, mas é necessário que o aparelho utilizado para fazer as avaliações esteja com boa memória e boa capacidade de armazenamento do processamento, para que assim não comprometa o uso do ASES.

A página inicial do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios apresenta um ícone intitulado “Sobre o ASES”, onde o usuário é direcionado para um novo sítio, o qual é possível encontrar a documentação, tanto da versão *desktop*, quanto da web. Entre a documentação encontrada da versão *desktop* estão: apresentação do sistema; diagrama de caso de uso; especificação de casos de uso; especificação de requisitos de software; glossário do sistema; manual do usuário e regras de negócios. Na versão web encontra-se: a apresentação do sistema; arquitetura do software; ases-WAR; casos de uso; diagramas de classe; diagramas de sequência; estruturas auxiliares de armazenamento e manuais.

Figura 1 – Tela do ASES



Fonte: ASES (2016)

Ressalta-se que, segundo informações encontradas no site da plataforma, a versão *desktop* está desatualizada desde 2016, pois esta versão foi criada pela ONG Acessibilidade Brasil e os membros do Ministério do Planejamento da época não possuíam acesso ao código fonte para fazer a manutenção e atualização da

ferramenta. Sendo assim, diante das explicações acima sobre o funcionamento da plataforma, a impossibilidade da utilização da versão *desktop* traz prejuízos à ideia base do ASES, visto que a mesma possui vastos recursos a serem explorados que não são encontrados na versão web. Desta forma, apenas a versão web será utilizada neste trabalho.

4.1 Os arquivos públicos estaduais e seus websites

Os arquivos públicos estaduais possuem um grande número de informações que contribuem para a preservação da memória social. Bellotto (2006, p. 227) afirma que “os arquivos públicos existem com a função de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados da área governamental, transferindo-lhe informações de modo a servir o administrador, cidadão e historiador”.

Os avanços possibilitados pelo acesso à internet propiciaram que a difusão das informações encontradas nos arquivos pudesse ter os sites dos arquivos como uma nova ferramenta de divulgação dos acervos, bem como melhorar o atendimento nas demandas dos usuários. Diante dessa nova realidade, muitos arquivos públicos estaduais já utilizam as tecnologias da informação, possibilitando aos usuários consultas em seus acervos através de seus sites disponibilizados na web.

No ano 2000, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) elaborou um documento denominado Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas, cujo objetivo é fornecer referenciais às instituições arquivísticas que desejam criar seus próprios sites ou redefini-los. Esse documento foi elaborado a partir de uma das recomendações da Mesa Nacional de Arquivos, no ano de 1999.

Nessas diretrizes, é destacado que os websites das instituições arquivísticas devem ser vistos como um instrumento de prestação de serviços, isto é, devem ser dinâmicos e atualizados, sendo tratados como parte da política de informação da instituição, buscando atrair novos usuários para essas instituições. As recomendações gerais estão divididas em três grupos: conteúdo-aspectos gerais; conteúdo-aspectos arquivísticos e desenho e estrutura.

No conteúdo, as diretrizes recomendam que este deva ter informações sobre os objetivos do website, sobre a instituição, os serviços prestados, informações sobre a existência de conteúdos do website em documentos impressos, sobre o material

protegido por *copyright*, informações do responsável pelo conteúdo da página, dos programas, planos, projetos e relatório anual da instituição, adequação da linguagem a fim de evitar que ela seja técnica.

Já os aspectos arquivísticos do conteúdo devem possuir informações sobre o acervo, instrumento de pesquisa, estrutura do funcionamento do atendimento ao usuário, serviços arquivísticos prestados, métodos do trabalho arquivísticos, legislação arquivística.

O terceiro grupo, intitulado desenho e estrutura, enfatiza que “a acessibilidade e facilidade de navegação no website devem ser privilegiadas” (CONARQ, 2000, p. 6). Sugere-se que seja utilizado o domínio .gov.br, no caso dos arquivos públicos, mapa do website, mecanismo de busca, contador de acessos, data da criação do website e última atualização, mudanças na URL, indicação do responsável pelo website, indicação de mudanças ocorridas, precisão gramatical e tipográfica, legibilidade de gráficos, garantias de acesso, utilização de um menu de navegação, instrumentos de pesquisa on-line, utilização de formulários on-line, salas de chat, utilização em todas as áreas do website da opção de “voltar” à página inicial, imagens de baixa resolução e pequenas dimensões com a opção de acesso às imagens ampliadas, opção de *download*, instruções para facilitar o *download*, opção de navegação do website sem imagens ou animações, utilização de layout de fundo simples, adequações no uso do frames, opção de versão textual no caso de uso de som, títulos das páginas, facilitando a compreensão dos conteúdos, utilização de ilustrações que valorizem e auxiliem os objetivos do website e de recurso gráfico visível na menção da URL.

Há, ainda, recomendações do que deve ser evitado na concepção do website; entre elas estão: páginas HTML com textos longos e uso indiscriminado de imagens, utilização de frases curtas, evitar expressões como “clique aqui”, “home”, *designs* que retardem o acesso às páginas principais e recursos gráficos que impossibilitem a impressão integral dos textos.

Apesar de afirmar que a acessibilidade e a facilidade de navegação devam ser privilegiadas, as diretrizes não abordam questões sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência na construção de websites de arquivos. Saliencia-se que este documento é do ano 2000, quando a internet ainda não estava popularizada em nosso país e temas relacionados às pessoas com deficiência estavam ganhando força. Após 22 anos, percebe-se que o documento encontra-se desatualizado e não contempla as

questões voltadas ao acesso às informações por parte das pessoas com deficiência, o que nos traz a seguinte reflexão: os sites dos arquivos públicos estaduais são acessíveis para as pessoas com deficiência?

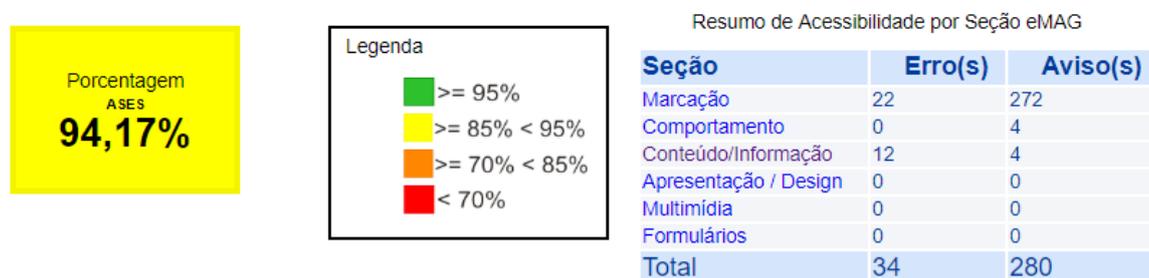
Dos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal, 7 possuem seus sites vinculados ao Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ)², dentre os quais estão os arquivos públicos estaduais do Acre, Amazonas, Amapá, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima. Os que possuem seus próprios sites são os arquivos dos estados de Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No caso dos arquivos dos estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Santa Catarina e Sergipe, os sites constituem apenas páginas de serviço vinculadas às Secretarias de Cultura ou Fundações. O estado do Tocantins não possui site de seu arquivo e o estado de Goiás possui apenas o Arquivo Histórico, por esses motivos não fizeram parte do trabalho.

Pensando em uma resposta para a questão norteadora desta pesquisa, buscou-se utilizar o ASES como ferramenta para analisar o nível de acessibilidade dos sites dos arquivos públicos estaduais disponíveis. Enfatiza-se que somente a página inicial será explorada, visto que é nela que são encontradas as primeiras informações sobre o site, ou seja, ela é a “vitrine” do que o usuário irá encontrar e precisa ser acessível para a realização de buscas.

Para fazer a análise no ASES, é necessário fazer a validação pela URL do site. A partir disso, a ferramenta dá uma nota e o resumo da avaliação, que consiste em uma porcentagem onde a cor verde significa que o nível de acessibilidade está maior ou igual a 95%; a cor amarela significa que o nível está maior ou igual a 85% e menor que 95%; a cor laranja, o nível está maior ou igual a 70% e menor que 85%; e a cor vermelha, o nível está menor que 70%. Além disso, traz o resumo de acessibilidade por seção eMAG, como marcação, comportamento, conteúdo/informação, apresentação/design, multimídia e formulários. Na imagem abaixo é possível fazer a visualização da representação visual da nota de acessibilidade e na outra imagem o resumo por seção eMAG.

² O Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) apresenta-se como uma oportunidade especial para reunir instituições e pessoas que guardam e promovem o acesso aos documentos que custodiam.

Figura 2 – A figura mostra o resultado de uma avaliação feita no ASES.



Fonte: ASES (2016)

Figura 3– A figura mostra o resumo de Acessibilidade por seção eMAG.

Resumo de Acessibilidade por recomendações do eMAG

Marcação	Comportamento	Conteúdo/Informação	Apresentação / Design	Multimídia	Formulários																														
<p>Erros da seção marcação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Recomendação</th> <th>Quantidade</th> <th>Linha(s) do código fonte</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)</td> <td>3</td> <td>397, 582, 602</td> </tr> <tr> <td>1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho. (link para um novo site)</td> <td>1</td> <td>235</td> </tr> <tr> <td>1.6 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)</td> <td>1</td> <td>320</td> </tr> <tr> <td>1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)</td> <td>1</td> <td>773</td> </tr> </tbody> </table> <p>Avisos da seção marcação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Recomendação</th> <th>Quantidade</th> <th>Linha(s) do código fonte</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.1 Respeitar os Padrões Web. (link para um novo site)</td> <td>8</td> <td>45, 55, 218, 310, 588, 630, 668, 664</td> </tr> <tr> <td>1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)</td> <td>43</td> <td>35, 369, 384, 388, 397, 507, 508, 569, 572, 579, 580, 588, 593, 606, 636, 639, 647, 648, 673, 674, 675, 676, 681, 682, 708, 711, 712, 716, 745, 746, 766, 769, 772, 773, 774, 784, 790, 791, 837, 884, 887, 894, 896</td> </tr> <tr> <td>1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)</td> <td>3</td> <td>329, 332, 335</td> </tr> <tr> <td>1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)</td> <td>3</td> <td>371, 615, 708</td> </tr> </tbody> </table>						Recomendação	Quantidade	Linha(s) do código fonte	1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)	3	397, 582, 602	1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho. (link para um novo site)	1	235	1.6 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)	1	320	1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)	1	773	Recomendação	Quantidade	Linha(s) do código fonte	1.1 Respeitar os Padrões Web. (link para um novo site)	8	45, 55, 218, 310, 588, 630, 668, 664	1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)	43	35, 369, 384, 388, 397, 507, 508, 569, 572, 579, 580, 588, 593, 606, 636, 639, 647, 648, 673, 674, 675, 676, 681, 682, 708, 711, 712, 716, 745, 746, 766, 769, 772, 773, 774, 784, 790, 791, 837, 884, 887, 894, 896	1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)	3	329, 332, 335	1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)	3	371, 615, 708
Recomendação	Quantidade	Linha(s) do código fonte																																	
1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)	3	397, 582, 602																																	
1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho. (link para um novo site)	1	235																																	
1.6 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)	1	320																																	
1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)	1	773																																	
Recomendação	Quantidade	Linha(s) do código fonte																																	
1.1 Respeitar os Padrões Web. (link para um novo site)	8	45, 55, 218, 310, 588, 630, 668, 664																																	
1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica. (link para um novo site)	43	35, 369, 384, 388, 397, 507, 508, 569, 572, 579, 580, 588, 593, 606, 636, 639, 647, 648, 673, 674, 675, 676, 681, 682, 708, 711, 712, 716, 745, 746, 766, 769, 772, 773, 774, 784, 790, 791, 837, 884, 887, 894, 896																																	
1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. (link para um novo site)	3	329, 332, 335																																	
1.8 Não utilizar tabelas para diagramação. (link para um novo site)	3	371, 615, 708																																	

Fonte: ASES (2016)

A seguir apresentamos o quadro 2 com as porcentagens gerais do nível de acessibilidade de cada site dos arquivos públicos estaduais.

Quadro 2 – Porcentagens gerais do nível de acessibilidade de cada site dos arquivos públicos estaduais

Arquivo	Porcentagem
Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)	84,44%
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)	80,62%
Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre (ACDAP)	79,94%
Arquivo Público Estadual do Amapá (APEAP)	79,94%
Arquivo Público do Estado do Amazonas (AAMAPEA)	79,94%
Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB)	79,94%
Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte (ARNAPERN)	79,94%
Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia (RONAO)	79,94%
Arquivo Estadual de Roraima (RRDAE)	79,94%
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)	79,38%
Superintendência de Arquivo Público- Mato Grosso (MTAPM)	78,17%
Arquivo Público do Estado do Paraná (RAPPR)	75,54%
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)	71,84%
Arquivo Público Mineiro (APM)	71,76%
Arquivo Público de Alagoas (APA)	69,83%
Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF)	69,49%
Arquivo Público do Estado do Piauí (PPIAPPI)	68,66%
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-PE (APEJE)	68,22%
Arquivo Público do Estado de São Paulo (SPAPESP)	65,5%

Fonte: Autora (2022).

Além do nível de acessibilidade, o ASES apresenta o resumo de acessibilidade por seção eMAG, que contempla as seções marcação, comportamento, conteúdo/informação, apresentação/design, multimídia e formulários, exibindo os erros e avisos. Abaixo (Quadro 3), seguem os resultados indicados pela plataforma, onde os que estão marcados com “X”, significa que as recomendações foram apontadas pelo ASES. Ressalta-se que alguns websites não apareceram com alguns

erros marcados, isto porque podem não apresentar algumas das seções elencadas pelo eMAG.

Quadro 3 – Resultados indicados pelo ASES para as instituições analisadas

(continua)

		ACDAP	APA	APEAP	AAMAPEA	ARPDF	APEES	APEM	MTAPM	APM	PBAPEPB	PRAPPR	APEJE	PPIAPPI	APERJ	ARNAPERN	APERS	RONAO	RRDAE	PAPES	PERCENTUAIS	
MARCAÇÃO	1.1 Respeitar os Padrões Web	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100%	
	1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	94,7%	
	1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X	89,5%	
	1.4 Ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação	X		X	X				X		X	X				X	X	X	X	X	57,9%	
	1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100%
	1.6 Não utilizar tabelas para diagramação.		X			X	X			X		X		X			X			X	42,1%	
	1.7 Separar links adjacentes							X													5,3%	
	1.8 Dividir as áreas de informação					X	X	X						X	X							26,3%
	1.9 Não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário		X			X	X			X		X	X	X	X		X			X	52,6%	
COMPORTEMENTO	2.1 Disponibilizar todas as funções da página via teclado						X							X						X	15,8%	
	2.2 Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100%	
	2.6 Não incluir situações com intermitência de tela	X	X	X	X	X				X	X	X		X		X	X	X	X	X	73,7%	

(continuação)

		ACDAP	APA	APEAP	AAMAPEA	ARPDF	APEES	APEM	MTAPM	APM	PBAPEPB	PRAPPR	APEJE	PPIAPPI	APERJ	ARNAPERN	APERS	RONAO	RRDAE	PAPES	PERCENTUAIS
CONTEÚDO/INFORMAÇÃO	3.1 Identificar o idioma principal da página					X		X					X							X	21,1%
	3.2 Informar mudança de idioma no conteúdo		X			X		X		X		X		X			X			X	42,1%
	3.5 Descrever links claro e sucintamente	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	94,7%
	3.6 Fornecer alternativa em texto para as imagens		X			X	X	X	X	X		X	X	X	X		X			X	63,2%
	3.9 Em tabelas, utilizar títulos e resumos de forma apropriada		X			X				X		X		X			X			X	36,8%
	3.10 Associar células de dados às células de cabeçalho		X											X							10,5%
	3.11 Garantir a leitura e compreensão das informações								X												5,3%
APRESENTAÇÃO/DESIGN	4.1 Oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano								X												5,3%
	4.4 Possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente		X			X		X		X		X	X	X			X			X	47,4%
MULTIMÍDIA	5.1 Fornecer alternativa para vídeo																			X	5,3%
	5.3 Oferecer audiodescrição para vídeo pré-gravado																			X	5,3%

(conclusão)

		ACDAP	APA	APEAP	AAMAPEA	ARPDF	APEES	APEM	MTAPM	APM	PBAPEPB	PRAPPR	APEJE	PPIAPPI	APERJ	ARNAPERN	APERS	RONAO	RRDAE	PAPES	PERCENTUAIS
FORMULÁRIOS	6.1 Fornecer alternativa em texto para botões de imagem de formulários													X							5,3%
	6.2 Associar etiquetas aos seus campos	X	X	X	X	X	X			X	X	X		X		X	X	X	X	X	78,9%
	6.4 Não provocar automaticamente alteração no contexto		X			X	X			X		X		X			X			X	42,1%
	6.7 Agrupar campos de formulário	X	X	X	X	X	X			X	X	X		X		X	X	X	X	X	78,9%

Fonte: Autora (2022)

Diante dos resultados expostos, tem-se que a seção Marcação apresentou maiores percentuais de erros em relação às recomendações. Tal seção tem como objetivo “indicar quais os principais problemas na construção e organização do código HTML dos websites, com foco no conjunto de tags aplicadas ao texto para adicionar informações particulares sobre ele” (ROCHA, 2012, p. 79). Destaca-se, ainda, que, das nove recomendações feitas, (1.1. Respeitar os Padrões Web. 1.2. Organizar o código HTML de forma lógica e semântica; 1.3. Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho; 1.4. Ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação. 1.5. Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo; 1.6. Não utilizar tabelas para diagramação; 1.7. Separar links adjacentes; 1.8. Dividir as áreas de informação; 1.9. Não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário.), as recomendações 1.1 e 1.5 foram apontadas em 100% dos websites estudados, seguidas da 1.2 e 1.3, apontadas em 94% e 89,5% dos websites. Já a 1.4, 1.9 e 1.6 foram sinalizadas em 57,9%, 52,6% e 42,1% nos sites e as com menores porcentagens foram a 1.8, com 26,3% e a 1,7 com apenas 5,3%.

A segunda seção, Comportamento, dispõe de “recomendações relacionadas às páginas dos websites, como redirecionamento automático e atualização dos elementos nelas contidos (scripts, conteúdos dinâmicos)” (ROCHA, 2012, p. 79). A seção possui sete recomendações, sendo elas: 2.1. Disponibilizar todas as funções da página via teclado; 2.2. Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis; 2.3. Não criar páginas com atualização automática periódica; 2.4. Não utilizar redirecionamento automático de páginas; 2.5. Fornecer alternativa para modificar limite de tempo; 2.6. Não incluir situações com intermitência de tela; 2.7. Assegurar o controle do usuário sobre as alterações temporais do conteúdo. Dentre estas, apenas três foram indicadas, 2.1; 2.2 e 2.6, cada uma com 15,8%, 100% e 73,7% respectivamente.

Conteúdo e informação, que fazem parte da terceira seção, trazem recomendações a respeito dos conteúdos dos websites e de suas informações, as quais Rocha (2012) destaca como os títulos, idiomas, links claros, sucintos e significativos, mecanismos para indicar a localização do usuário no website, descrição textual de conteúdos gráficos. Esta é a seção que mais possui recomendações, 12 no total, divididas em: 3.1. Identificar o idioma principal da página; 3.2. Informar mudança de idioma no conteúdo; 3.3. Oferecer um título descritivo e informativo à página; 3.4. Informar o usuário sobre sua localização na página; 3.5. Descrever links claro e

sucintamente; 3.6. Fornecer alternativa em texto para as imagens do sítio; 3.7. Utilizar mapas de imagem de forma acessível; 3.8. Disponibilizar documentos em formatos acessíveis; 3.9. Em tabelas, utilizar títulos e resumos de forma apropriada; 3.10. Associar células de dados às células de cabeçalho; 3.11. Garantir a leitura e compreensão das informações; 3.12. Disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomum. Apesar do grande número de recomendações, apenas 7 foram apontadas na análise dos websites das instituições arquivísticas: a 3.6 com 94,7%, a 3.6 com 63,2% e a 3.2 com 42,1%, 3.9 com 36,8%, a 3.1, 3.10 e 3.11 com 21,1%, 10,5% e 5,3%.

A quarta seção, Apresentação/design, refere-se ao *design* dos websites, ou seja, *layout*, contraste, entre outros. Esta é a menor seção, dividida em apenas 4 recomendações: 4.1. Oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano; 4.2. Não utilizar apenas cor ou outras características sensoriais para diferenciar elementos; 4.3. Permitir redimensionamento sem perda de funcionalidade; 4.4. Possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente. Somente duas foram indicadas – a 4.4 com 47,4% e a 4.1 com 5,3%.

A penúltima seção, Multimídia, refere-se à adição de elementos de multimídia nos websites, como legendas, audiodescrição, etc. Possui 5 recomendações: 5.1. Fornecer alternativa para vídeo; 5.2. Fornecer alternativa para áudio; 5.3. Oferecer audiodescrição para vídeo pré-gravado; 5.4. Fornecer controle de áudio para som; 5.5. Fornecer controle de animação. Esta foi a seção que menos apresentou percentuais – apenas 5,3% nas recomendações 5.1 e 5.3.

A última seção, Formulários, “compreende as recomendações específicas para os formulários presentes nas páginas dos websites, como alternativas textuais para botões em formato de imagens, ordem lógica de navegação/tabulação, instruções para a entrada de dados, e outros” (ROCHA, 2012, p. 79). A seção divide-se em 8 recomendações: 6.1. Fornecer alternativa em texto para os botões de imagem de formulários; 6.2. Associar etiquetas aos seus campos, 6.3. Estabelecer uma ordem lógica de navegação; 6.4. Não provocar automaticamente alteração no contexto; 6.5. Fornecer instruções para entrada de dados; 6.6. Identificar e descrever erros de entrada de dados e confirmar o envio das informações; 6.7. Agrupar campos de formulário; 6.8. Fornecer estratégias de segurança específicas ao invés de CAPTCHA. Metade delas são apontadas nas análises feitas nos websites, a 6.2 e 6.7 ambas com 78,9%; 6.4 com 42,1% e 6.1 com 5,3%.

4.2 Recomendações de acessibilidade

Diante de tais resultados expostos, observa-se que, na seção Marcação, a recomendação 1.1 (respeitar os padrões web), foi apontada em 100% dos websites. Observamos que esta recomendação está relacionada ao desenvolvimento dos websites por parte de seus desenvolvedores visando transformá-los em um ambiente web acessível a todos os usuários. Sendo assim, se esta recomendação não for respeitada, o ambiente não será considerado plenamente acessível. Já a recomendação 1.2 (organizar o código HTML de forma lógica e semântica) foi indicada em 94,7% dos websites estudados, o que significa que o código HTML dos sites não está semanticamente correto e poderá causar prejuízos aos deficientes visuais, pois os leitores de tela descrevem o tipo de elemento e, em seguida, é feita a leitura do conteúdo que está presente dentro desse elemento. Outra recomendação que apresentou um percentual alto, foi a 1.3 (utilizar corretamente os níveis de cabeçalhos), com 89,5%. O não seguimento desta recomendação traz prejuízos aos usuários com deficiência que utilizam o leitor de tela, pois o leitor inicia a leitura na hierarquia dos cabeçalhos para fazer a navegação pelo site.

A recomendação 1.4 (ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação) foi recomendada em 57,9% dos websites, ou seja, mais da metade dos websites das instituições arquivísticas estaduais analisadas possui essa sugestão. A disponibilização do bloco de conteúdo principal do website antes do bloco menu, facilitando aos usuários que utilizam o acesso via teclado, é essencial para garantir a plena acessibilidade das páginas, o que mostra sua importância. A recomendação 1.5 (fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo) está presente na análise de 100% dos websites estudados. Essas âncoras devem estar na barra de acessibilidade e devem, ainda, utilizar atributos *name id* para atuarem em todos os navegadores e tecnologias assistivas. Além disso, os links indicadores de início e fim de conteúdo e início e fim de menu podem estar ocultos, mas é preciso que continuem acessíveis aos leitores de tela. Finalmente, a recomendação 1.6 (não utilizar tabelas para diagramação), apontada em 42,1% dos sites, indica que as tabelas devem ser dispostas somente para dados tabulares e não para disposição de elementos do site - erro que acontece em quase metade dos websites analisados.

A recomendação que obteve menor percentual, a 1.7 (separar links adjacentes), com 5,3%, indica que a maioria dos websites possuem links separados

para que não fiquem desordenados, facilitando os usuários que utilizam os leitores de tela. A 1.8 dividir as áreas de informações, foi apontada em 26,3% dos websites. Esta recomendação trata da divisão das áreas de fácil gerenciamento, assim como nas páginas internas, para que o usuário se familiarize de forma rápida com a estrutura do website. A 1.9 (não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário), foi indicada em 52,6% dos websites. Essa recomendação afirma que deve partir do usuário a decisão de utilizar instâncias novas, como abas e janelas, destacando-se a importância dos links abrirem na mesma guia para não prejudicar usuários deficientes visuais que podem ter dificuldades em perceber que uma nova guia foi aberta.

Na seção comportamento, a recomendação 2.1 (disponibilizar todas as funções da página via teclado), apresentou um baixo percentual nos websites, com 15,8%. Isso representa que todas as funções do site que utilizam a linguagem de *script* devem ser programadas para o uso com teclado, dessa forma o foco não poderá estar bloqueado ou fixado somente em um elemento do site, pois assim o usuário poderá mover-se com teclado por todos os elementos. Diferentemente da recomendação 2.1, a 2.2 (garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis), foi apontada em 100% dos websites, significando que todos os sites possuem um ou mais links ou conteúdos que não podem ser acessados ou não levam a situação desejada. Além do uso correto do teclado, deveriam ser proporcionadas estratégias para o acesso de todos os usuários, independentemente de seus dispositivos. Já a recomendação 2.6 (não incluir situações com intermitência de tela) foi indicada em 73,7% dos sites, representando que mais da metade utiliza efeitos visuais piscantes, intermitentes, cintilantes e que podem causar um ataque epilético em pessoas com epilepsia fotosensitiva.

A seção conteúdo e informação, apresentou a recomendação 3.1 (identificar o idioma principal da página) em 21,1% dos websites, expressando que a maioria dos sites possui identificação de idioma utilizado e auxilia na acessibilidade do conteúdo e indexação pelos motores de busca. A recomendação 3.2 (informar a mudança de idioma no conteúdo), foi indicada em 42,1% dos sites analisados, ou seja: menos da metade não informa quando um conteúdo ou elemento possui outro idioma. A 3.5 (descrever links clara e sucintamente), foi apresentada em 94,7% dos websites, um percentual alto que significa que o destino de cada link não é identificado, nem se o mesmo remete a outro site. Ressalta-se que, mesmo estando isolado do contexto da página, o link necessita fazer sentido e, ainda, que não se faz necessário usar o

atributo *title* em links, pois este não é bem aceito por leitores de tela e não é utilizado por quem navega por teclado. A recomendação 3.6 (fornecer alternativa em texto para as imagens do sítio) obteve percentual de 63,2%, ou seja, mais da metade dos websites não possuem descrição de imagens encontradas neles. A recomendação 3.9 (em tabelas, utilizar títulos e resumos de forma apropriada) foi apresentada em 36,8% dos websites, isto é, as tabelas não apresentam o título no primeiro elemento das mesmas e também podem não apresentar o resumo das tabelas maiores.

A recomendação 3.10 (associar células de dados de cabeçalho) apresentou um percentual baixo, de 10,5%, significando que a maioria dos websites apresentam o uso apropriado de cabeçalhos em tabelas de dados simples e de colunas para as células de dados, tornando-as acessíveis. Já a recomendação 3.11 (garantir a leitura e compreensão das informações) teve o baixo percentual de 5,3%, ou seja: a maior parte dos websites possuem textos de fácil leitura e compreensão, não necessitando que os usuários tenham alto grau de instrução.

Na seção Apresentação/design, foram indicadas duas recomendações: a 4.1 (oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano), com apenas 5,3%, que significa que os websites apresentam cores do plano de fundo e do primeiro plano suficientes para serem visualizados por usuários com baixa visão que utilizam monitores de vídeo monocromático; e a 4.4 (possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente), com 47,4%, que indica que menos da metade dos websites apresentam a área de seleção passível de ser clicada – logo, ela é devidamente marcada.

A seção Multimídia foi a que apresentou os menores percentuais, 5,3% em duas recomendações: 5.1 (fornecer alternativa para vídeo) que significa que os websites possuem alternativas textuais e sonoras para vídeos que não contém faixa de áudio – ou seja, os websites estudados podem apresentar vídeos que contém áudio no mesmo idioma do site com legendas, facilitando o acesso aos usuários com deficiência visual e auditiva. A recomendação 5.3 (oferecer audiodescrição para vídeo pré-gravado) que também teve percentual baixo, significa que os websites possuem audiodescrição em vídeos que apresentam conteúdos visuais.

Na seção Formulários, a recomendação 6.1 (fornecer alternativa em texto para os botões de imagem de formulários), obteve um pequeno percentual de 5,3%, isto é, os websites utilizam a descrição textual para o botão de imagem de formulários. A recomendação 6.2 (associar etiquetas aos seus campos), foi indicada com 78,9%, o

que significa que nos websites as etiquetas de texto não estão associadas aos campos correspondentes nos formulários. A 6.4 (não provocar automaticamente alteração no contexto) foi apontada em 42,1%, confirmando que em menos da metade dos websites não ocorre mudança no site quando um elemento de formulário recebe foco. Já a recomendação 6.7 (agrupar campos de formulário) foi indicada em 78,9% e, portanto, a maioria dos websites não utilizam campos de informações agrupadas, sendo que esses agrupamentos deveriam ser feitos de maneira lógica, informando sobre seus porquês.

Assim, percebe-se altos percentuais de websites das instituições arquivísticas estaduais com mesmas recomendações, prejudicando o acesso às informações disponibilizadas nestes serviços. Constatou-se que, ao não ter a página inicial acessível, o usuário com deficiência encontrará dificuldades para usufruir de seu direito ao acesso à informação. Outro ponto a destacar é que apenas 5 websites possuem porcentagens menor que 70%, pior índice indicado pelo ASES e 14 dos outros websites analisados estão no índice maior ou igual a 70%, o que os coloca com índices satisfatórios em relação à acessibilidade, mas ressalta-se que embora apresentem boas porcentagens, ainda há muitas recomendações a serem seguidas para que esses ambientes possam tornar-se de fato acessíveis às pessoas com deficiência, ou seja, ainda há muitos problemas a serem resolvidos.

Com todas as recomendações dispostas no ASES, observa-se que alguns sites não seguiram os três passos fundamentais para criar um website acessível: seguir os padrões web; seguir as diretrizes ou recomendações de acessibilidade; realizar a avaliação da acessibilidade. O não seguimento de tal processo causa prejuízos tanto para as instituições (que não conseguem chegar ao público deficiente) quanto, e principalmente, para as pessoas com deficiência. Além disso, as implicações causadas pelo não seguimento das recomendações feitas pelo ASES traz prejuízos aos arquivos que tem como a principal função dar acesso às informações, pois não estão disponíveis a todos os tipos de público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado sobre a acessibilidade em websites dos arquivos públicos estaduais através do uso da ferramenta ASES. Para tanto foi necessário fazer estudos aprofundados sobre dois conceitos-chave: acessibilidade e pessoas com deficiência. Além disso, para que fosse possível realizar as simulações dos websites estudados foi preciso aprender sobre o funcionamento do ASES, analisando sua documentação, manuais e critérios de avaliação.

Esta pesquisa teve seu referencial teórico fundamentado em autores que tratam o tema acessibilidade para pessoas com deficiência. Salienta-se que, para tal, alguns trabalhos foram essenciais. São os casos de Borges (2018), Madureira (2018), Salasar (2020), Costa; Ramalho e Silva (2010), Sasaki (2005), Silva e de la Rue (2015).

Na metodologia, os arquivos públicos estaduais selecionados para comporem a pesquisa foram aqueles que possuíam seus próprios sites, critério empregado para que todos pudessem ser avaliados de forma justa. Assim, foram analisados 19 websites através da ferramenta ASES.

Os resultados do trabalho se deram após a realização das simulações dos sites no ASES e, assim, percebeu-se que vários websites possuem as mesmas recomendações destacadas pelo ASES. Ou seja, as instituições têm o mesmo problema dificultador para dar acesso às informações aos usuários com deficiência.

A maioria dos websites estão entre 70% a 85%, conforme a legenda de percentuais no ASES, isto significa que a maioria possui bons índices de acessibilidade, apesar dos problemas encontrados. Embora apresentem percentuais altos, sabe-se que há muito trabalho pela frente até tornar os websites totalmente acessíveis, mas com estas avaliações é possível observar que se está no caminho certo, cabe aos websites seguirem as recomendações feitas pela ferramenta para aumentar seus percentuais de acessibilidade.

Tal dificuldade de acesso prejudica a função principal de um arquivo, que é dar acesso à informação. Muitos websites de arquivos se baseiam nas Diretrizes do CONARQ para a construção e preservação de websites, o que é correto, mas é preciso lembrar que esta diretriz é de 2000, já se passaram 22 anos e até hoje não houve alterações. Ao longo desses anos a internet mudou e, por isso, questionamos: será que não seria momento de se fazer adequações a tais diretrizes conforme a

atualidade, trazendo também a questão de acessibilidade de websites? Além disso, quando se trata de ambientes digitais, é necessário estar sempre buscando aprimoramento, devido aos avanços tecnológicos.

Destaca-se, além disso, a importância dos arquivistas responsáveis pela gestão dos websites, juntamente com programadores, de começarem a pensar formas de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Para isso, uma iniciativa seria utilizar o ASES para analisar as recomendações e, assim, tornar estes ambientes mais acessíveis.

Conclui-se que há muito trabalho pela frente até que os websites tornem-se totalmente acessíveis. Com estudos aprofundados, uso de ferramentas como ASES ou a cartilha eMAG, é possível tornar estes ambientes aptos para a realização de pesquisas por qualquer tipo de usuário.

Acredita-se que este trabalho possa fomentar as discussões em torno do tema acessibilidade, visto a escassa literatura na área, tanto em ambientes digitais como nos espaços físicos das instituições arquivísticas. É de extrema importância trazer para nossa área temas sociais como estes, afinal os arquivistas precisam pensar em quem serão seus usuários e as melhores formas de atendê-los.

REFERÊNCIAS

ASES. **Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios**. Software Público Brasileiro. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf > Acesso em: 4 dez. 2021.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Bellotto_Difusao.pdf. Acesso em: 7 de jun. 2022.

BORGES, Jorge Amaro de Souza. **Política da pessoa com deficiência no brasil: percorrendo o labirinto**. 08/06/2018 427 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas Instituição de Ensino) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: SABi UFRGS. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6358605.>. Acesso em: 4 dez. 2021

BRANDÃO, Milena de Mesquita. **Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual**: discussão e contribuições da NBR 9050/2004. Florianópolis, 01 de abril de 2011, 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95787>> Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm> Acesso em 5 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 23 de jun. 2022.

BRASIL, **Decreto nº5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.146 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 13 dez. 2021.

CARVALHO, V.; CAGNIN, M.; PAIVA, D. **Avaliação de Acessibilidade de Web Sites de Governos Estaduais do Brasil**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 13. 2017, Lavras. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 116-123. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2017.6033>> Acesso em 20 mai. 2022.

COMASSETO, Aline Nascimento Maciel. **Acessibilidade e acesso no APERS-Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Monografia (Especialização-Programa de Pós-Graduação *lato-sensu* em Gestão de Arquivos) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13944/TCCE_GA_EaD_2012_COMASSETO_ALINE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 16 de dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes gerais para construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: Conarq, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_Construcao_websites.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2022

CORADO, Daiene Ferreira Silva; SANTOS, George. França dos. **Acessibilidade web em portais eletrônicos governamentais: panorama dos padrões universais e legislações brasileiras**. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.9- 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2175>. Acesso em: 21 mai. 2022.

CORTES, Marcia Della Flora. **A acessibilidade em arquivos públicos**. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização em Gestão em Arquivos, EaD, RS, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13956>> Acesso em 16 dez. 2021.

COSTA, Luciana Ferreira.; SILVA, Alan Curcino Pedreira; RAMALHO, Francisca Arruda. **Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade**. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, 2010. DOI: 10.18225/ci.inf.v39i2.1283. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53735>> Acesso em: 14 dez. 2021.

CUNHA, Catherine da Silva. **Arquivos e cultura: análise da inserção teórica e prática na legislação**. Monografia (Especialização- Curso de Pós-Graduação a Distância. Especialização *Lato Sensu* Gestão de Arquivos) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14013/TCCE_GA_EaD_2011_CUNHA_CATHERINE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 3 jan. 2022.

eMAG. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação- Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em 21 mai. 2022.

SFREDDO, Josiane Ayres; FLORES, Daniel. **Segurança da informação arquivística: o controle de acesso em arquivos públicos estaduais**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 17, n. 2, p. 158-178, 2012. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article.view>. Acesso em: 2 jun. 2022.

HOTT, D. F. M.; CRUZ-RIASCOS, S. A. **Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103924>> Acesso em: 14 dez. 2021.

HOTT, Daniela Francescutti Martins.; RODRIGUES, George. Medleg. **Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira**. *Archeion Online*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. p. 82–103, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2019v7n1.47384. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/47384>. Acesso em 3 jan. 2022.

MADUREIRA, Alice Rabelo Vaz. **A pessoa com deficiência na América do Sul: um estudo sobre as legislações brasileira, argentina e chilena**' 23/08/2018 177 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais: Política Internacional) - Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: PUC Minas - Padre Alberto Antoniazzi. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6466645> Acesso em: 3 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2022.

MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. Florianópolis, 26 de junho de 2007, 166 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pósgraduação, UFSC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90530?show=full>> Acesso em: 9 dez. 2021.

NUNES, Priscila Garcia. **Direito à informação:** as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho/ Priscila Garcia Nunes. 2012. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. Porto Alegre, 2012. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54327/000855557.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 3 jan. 2022.

SALASAR, Desirée. Nobre. **Patrimônio para todos e as políticas culturais no Brasil:** os museus federais sob os princípios do Desenho Universal' 01/04/2020 263 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Ciências Sociais. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9252113> Acesso em: 7 dez. 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros:** estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4518>> Acesso em 21 jan. 2022

SASSAKI, Romeu Kuzumi. **Inclusão:** acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319:> Acesso em 10 mai. 2022.

SILVA, Rosane Leal da; RUE, Letícia Almeida de la. (2015). **A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência.** **Revista De Administração Pública**, 49(2), 315 a 336. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/46630>> Acesso em 11 mai. 2022.